

15

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA GRUPOS INDÍGENAS: ESTRATÉGIAS CULTURAIS PARA PROMOÇÃO DA MEDICINA TRADICIONAL E PREVENTIVA

▶ **Denise Diniz Pinheiro**

Graduanda em Medicina pela Universidade Estadual do Piauí -UESPI

 <https://orcid.org/0009-0007-7125-0962>

▶ **Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitario Campo Real

 <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

▶ **Aline Costa Lopes**

Mestra em Ciências da Saúde e Vida pela Universidade franciscana Santa Maria Titulação,

 <https://orcid.org/0009-0004-0595-5225>

▶ **Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

 <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A educação em saúde é essencial para a promoção do bem-estar e prevenção de doenças, especialmente entre os povos indígenas, cujas práticas tradicionais são fundamentais para a manutenção da saúde. No entanto, a imposição de modelos biomédicos ocidentais tem gerado desafios na integração dessas práticas ao sistema de saúde pública. Dessa forma, é necessário adotar estratégias culturais que respeitem e valorizem os saberes indígenas, promovendo um diálogo intercultural eficaz. **OBJETIVO:** analisar estratégias de educação em saúde voltadas para povos indígenas, enfatizando a promoção da medicina tradicional e preventiva. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, baseada na seleção de artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas, utilizando descritores controlados e livres relacionados ao tema. Foram considerados estudos publicados nos últimos 8 anos, com recorte temporal para garantir a atualidade das informações. A análise foi qualitativa, organizando os dados em eixos temáticos para melhor compreensão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados indicam que estratégias baseadas na interculturalidade, como a participação de agentes indígenas de saúde e o uso de metodologias orais e audiovisuais, são mais eficazes na promoção da educação em saúde. A resistência de algumas comunidades ao modelo biomédico e a falta de políticas públicas inclusivas são desafios a serem superados. Além disso, a degradação ambiental ameaça a sustentabilidade da medicina tradicional indígena. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A valorização dos saberes tradicionais e a adaptação das estratégias educativas às especificidades culturais são essenciais para fortalecer a autonomia dos povos indígenas. Recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a integração entre os conhecimentos tradicionais e científicos, garantindo um modelo de assistência mais inclusivo e sustentável.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em Saúde; Medicina Tradicional; Povos Indígenas; Serviços de Saúde do Indígena.

15

HEALTH EDUCATION FOR INDIGENOUS GROUPS: CULTURAL STRATEGIES FOR PROMOTING TRADITIONAL AND PREVENTIVE MEDICINE

ABSTRACT

INTRODUCTION: Health education is essential for promoting well-being and preventing diseases, especially among indigenous peoples, whose traditional practices are fundamental to maintaining health. However, the imposition of Western biomedical models has created challenges in integrating these practices into the public health system. Therefore, it is necessary to adopt cultural strategies that respect and value indigenous knowledge, promoting effective intercultural dialogue. **OBJECTIVE:** to analyze health education strategies aimed at indigenous peoples, emphasizing the promotion of traditional and preventive medicine. **METHODOLOGY:** This is a narrative literature review, based on the selection of scientific articles, dissertations, theses and institutional documents. The search was carried out in academic databases, using controlled and free descriptors related to the theme. Studies published in the last 8 years were considered, with a time frame to ensure the current information. The analysis was qualitative, organizing the data into thematic axes for better understanding. **RESULTS AND DISCUSSION:** The findings indicate that strategies based on interculturality, such as the participation of indigenous health agents and the use of oral and audiovisual methodologies, are more effective in promoting health education. The resistance of some communities to the biomedical model and the lack of inclusive public policies are challenges to be overcome. In addition, environmental degradation threatens the sustainability of traditional indigenous medicine. **FINAL CONSIDERATIONS:** The appreciation of traditional knowledge and the adaptation of educational strategies to cultural specificities are essential to strengthen the autonomy of indigenous peoples. It is recommended that public policies be developed that promote the integration of traditional and scientific knowledge, ensuring a more inclusive and sustainable care model.

KEYWORDS: Health Education; Traditional Medicine; Indigenous Peoples; Indigenous Health Services.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é um instrumento essencial para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações, especialmente em contextos vulneráveis. No Brasil, os povos indígenas enfrentam desafios significativos relacionados ao acesso à saúde, à preservação de suas práticas tradicionais e à integração com o sistema biomédico. A diversidade cultural e linguística dessas comunidades demanda estratégias de educação em saúde que respeitem suas crenças e valores, garantindo maior adesão às práticas preventivas. Assim, é fundamental compreender como a medicina tradicional pode ser valorizada e conciliada com abordagens modernas, promovendo um cuidado integral (Barros *et al.*,2025).

As práticas de saúde entre os indígenas estão historicamente ancoradas em conhecimentos transmitidos oralmente, baseados na relação entre corpo, espírito e natureza. A medicina tradicional, composta por rituais, ervas medicinais e conhecimentos ancestrais, desempenha um papel central no tratamento e na prevenção de doenças nessas comunidades. No entanto, a crescente influência do sistema biomédico ocidental tem gerado desafios, como a desvalorização desses saberes e a fragmentação das práticas tradicionais. Dessa forma, a educação em saúde pode atuar como um elo entre o conhecimento científico e as práticas tradicionais, contribuindo para a promoção de uma assistência mais eficaz e culturalmente adequada (Silva *et al.*,2024).

A implementação de estratégias de educação em saúde para povos indígenas requer um entendimento profundo das dinâmicas socioculturais de cada etnia. O Brasil abriga mais de 300 grupos indígenas, cada um com suas próprias tradições, idiomas e formas de organização social. Essa diversidade impõe desafios para a formulação de políticas públicas universais, tornando necessária a adaptação de estratégias conforme as especificidades de cada comunidade (Brasil, 2022). Modelos de educação em saúde baseados na interculturalidade e na participação ativa dos indígenas têm demonstrado maior eficácia na promoção da saúde preventiva. Dessa forma, é essencial que as ações contem com a colaboração de líderes comunitários e agentes de saúde indígenas, garantindo um diálogo horizontal entre os diferentes saberes (Mendonça; Rodrigues; Pereira 2019).

A interculturalidade na educação em saúde envolve não apenas a transmissão de informações sobre doenças e tratamentos, mas também a valorização dos conhecimentos tradicionais. Muitos programas de saúde ainda adotam abordagens impositivas, desconsiderando a riqueza da medicina indígena e a importância de rituais e crenças na promoção do bem-estar. Para evitar esse erro, é fundamental que as estratégias educativas respeitem a autonomia das comunidades, reconhecendo sua capacidade de decisão sobre suas próprias práticas de saúde. Além disso, é necessário capacitar profissionais de saúde para atuar de maneira sensível e respeitosa em territórios indígenas. A formação de equipes multiprofissionais, incluindo antropólogos e especialistas em saúde indígena, pode contribuir para o desenvolvimento de ações mais eficazes e culturalmente apropriadas (Brasil, 2023).

O fortalecimento da medicina tradicional indígena também passa pelo reconhecimento de sua eficácia na prevenção e tratamento de diversas enfermidades. Algumas práticas tradicionais possuem respaldo científico, sendo amplamente utilizadas na fitoterapia e em terapias complementares. No entanto, a ausência

de políticas que regulamentem e incentivem o uso dessas práticas limita seu potencial de aplicação no sistema público de saúde. A criação de programas de educação em saúde que conciliem conhecimentos tradicionais e científicos pode fomentar uma abordagem mais integrativa, beneficiando tanto indígenas quanto a sociedade em geral. Dessa maneira, é possível promover o respeito à diversidade cultural e ampliar as opções terapêuticas disponíveis na atenção primária (Brasil, 2024; Barros *et al.*,2025).

A resistência de algumas comunidades indígenas às intervenções biomédicas reforça a necessidade de estratégias educativas baseadas na confiança e no respeito. O histórico de violações de direitos e imposições externas contribuiu para a desconfiança em relação às políticas de saúde governamentais. Para superar essa barreira, é fundamental construir um diálogo contínuo com os indígenas, reconhecendo suas demandas e perspectivas. A participação ativa das comunidades na formulação e execução das ações educativas pode aumentar a aceitação e a adesão às práticas preventivas. Além disso, a incorporação de metodologias participativas, como rodas de conversa e oficinas culturais, pode facilitar a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento (Silva, 2023).

A transmissão de informações sobre saúde preventiva deve considerar os meios tradicionais de comunicação dos povos indígenas. O uso da oralidade, das narrativas mitológicas e das expressões artísticas pode tornar as mensagens mais acessíveis e compreensíveis. Muitas comunidades valorizam a contação de histórias como forma de ensinar e preservar conhecimentos, o que pode ser incorporado às ações educativas. Além disso, materiais didáticos adaptados à realidade indígena, como cartilhas ilustradas e vídeos em línguas nativas, podem facilitar a disseminação de informações. Essas abordagens respeitam as especificidades culturais e promovem um aprendizado mais significativo, favorecendo a adoção de práticas preventivas (Carvalho *et al.*,2020).

A colaboração entre instituições acadêmicas, órgãos governamentais e comunidades indígenas é essencial para o sucesso das estratégias de educação em saúde, parcerias com universidades podem viabilizar pesquisas sobre a eficácia da medicina tradicional e sua integração com práticas científicas (Carvalho *et al.*,2020). Além disso, programas de extensão universitária podem contribuir para a formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos interculturais. A criação de espaços de diálogo entre cientistas, lideranças indígenas e gestores públicos pode resultar em políticas mais inclusivas e eficientes. Dessa forma, é possível garantir que as ações de saúde sejam formuladas de maneira participativa e alinhada às necessidades dos povos indígenas (Barros *et al.*,2025).

A preservação da medicina tradicional indígena também está diretamente relacionada à sustentabilidade ambiental. Muitas práticas terapêuticas dependem do acesso a recursos naturais, como plantas medicinais e alimentos específicos. O desmatamento, a contaminação dos rios e as mudanças climáticas ameaçam a biodiversidade necessária para a manutenção dessas práticas. Dessa forma, a educação em saúde para povos indígenas deve incluir a conscientização sobre a importância da preservação ambiental. Incentivar o manejo sustentável dos recursos naturais pode contribuir para a continuidade da medicina tradicional e para a promoção da saúde dessas comunidades (Lúcio; Alves; Meira 2024).

A valorização da medicina indígena no contexto da saúde pública pode fortalecer a identidade cultural desses povos. O reconhecimento oficial das práticas tradicionais e sua inclusão em políticas de saúde contribuem para a redução das desigualdades e do preconceito. Ao legitimar os saberes indígenas, o Estado promove a equidade no acesso à saúde e fortalece os direitos dessas populações. Além disso, esse processo pode incentivar a produção científica sobre as práticas indígenas, ampliando o conhecimento sobre suas aplicações na medicina contemporânea (Siqueira; Hollanda; Motta 2017).

Diante desses desafios e possibilidades, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem educativa sensível e adaptada às realidades indígenas. Estratégias baseadas no respeito, na interculturalidade e na valorização dos saberes tradicionais podem potencializar os impactos das ações de saúde preventiva. Dessa forma, é possível promover uma assistência mais eficaz, que atenda às necessidades específicas dessas populações e fortaleça sua autonomia (Brasil, 2024).

Este estudo busca analisar as estratégias de educação em saúde voltadas para povos indígenas, enfatizando a promoção da medicina tradicional e preventiva. A pesquisa tem como objetivo analisar estratégias de educação em saúde voltadas para povos indígenas, enfatizando a promoção da medicina tradicional e preventiva. Além disso, pretende-se discutir o papel da interculturalidade na formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, cujo objetivo é analisar estratégias de educação em saúde voltadas para povos indígenas, enfatizando a promoção da medicina tradicional e preventiva. A revisão narrativa permite a compreensão crítica e aprofundada do tema, possibilitando a identificação de desafios e potencialidades das abordagens utilizadas na saúde indígena. A busca por fontes foi realizada em bases de dados científicas, incluindo artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos institucionais. Foram utilizados descritores controlados e livres, combinados com operadores booleanos, abrangendo termos como “Educação em Saúde”, “Povos Indígenas” e “Medicina Tradicional”. A pesquisa contemplou publicações em português, inglês e espanhol, priorizando materiais publicados nos últimos 8 anos.

Foram adotados critérios de inclusão que contemplaram o tema proposto, estivessem dentro do período selecionado (2017 a 2025), disponíveis na íntegra, de forma gratuita e com metodologia clara. Os critérios de exclusão abrangeram publicações que não apresentassem relação direta com a temática, não estivessem disponíveis na íntegra ou não possuíssem embasamento científico adequado. Estudos com abordagem superficial ou que não contribuíssem para a discussão proposta também foram descartados.

A análise das informações foi conduzida de forma qualitativa, organizando os achados em eixos temáticos para facilitar a sistematização dos dados. Os principais temas abordados foram: (1) estratégias de educação em saúde para povos indígenas, (2) desafios na implementação de programas interculturais, (3) valorização da medicina tradicional e (4) impacto das ações preventivas na saúde indígena.

Os dados foram interpretados por meio da leitura analítica e comparativa das fontes selecionadas,

destacando convergências e divergências entre os estudos e identificando lacunas na literatura sobre o tema. A abordagem adotada permitiu uma reflexão aprofundada sobre as melhores práticas e desafios na promoção da educação em saúde para essas populações.

Por se tratar de um estudo de revisão, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não envolveu a participação direta de seres humanos. Contudo, todas as informações foram analisadas de forma criteriosa e respeitaram as normas éticas de produção científica, garantindo a confiabilidade dos resultados apresentados. A partir dessa metodologia, espera-se que esta revisão contribua para o debate sobre a educação em saúde para povos indígenas, evidenciando estratégias eficazes e promovendo reflexões sobre a integração entre os saberes tradicionais e as práticas do sistema de saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação em saúde para povos indígenas tem sido um desafio no Brasil, especialmente devido à necessidade de respeitar a diversidade cultural e a preservação dos saberes tradicionais. Os resultados desta revisão apontam que estratégias baseadas na interculturalidade são mais eficazes na promoção da saúde preventiva, pois permitem a valorização da medicina indígena e o fortalecimento da autonomia das comunidades (Castro; Figueiredo 2019). A imposição de modelos ocidentais sem considerar o contexto sociocultural dos indígenas frequentemente resulta em resistência e baixa adesão às práticas de saúde oferecidas pelos serviços públicos. Dessa forma, ações educativas devem ser construídas de forma dialógica, promovendo a troca de conhecimentos entre profissionais de saúde e lideranças indígenas (Lima *et al.*, 2020).

Castro e Figueiredo (2019) demonstram que a medicina tradicional indígena possui um papel fundamental na prevenção e no tratamento de diversas enfermidades. As práticas baseadas no uso de plantas medicinais, rituais e terapias espirituais são amplamente aceitas nessas comunidades e possuem respaldo científico em muitas situações. No entanto, a ausência de políticas públicas que reconheçam e integrem esses saberes ao sistema de saúde oficial ainda é uma barreira significativa. A falta de apoio institucional pode levar à desvalorização do conhecimento tradicional e ao enfraquecimento das práticas de autocuidado dentro das aldeias.

Programas de saúde que incorporam elementos culturais específicos das comunidades indígenas apresentam maior aceitação e eficácia. A presença de agentes de saúde indígenas, por exemplo, tem sido apontada como um fator essencial para o sucesso das ações educativas e preventivas. Esses profissionais atuam como mediadores entre os sistemas de saúde ocidental e tradicional, garantindo que as informações sejam transmitidas de maneira acessível e respeitosa. Além disso, facilitam a adaptação de práticas preventivas modernas ao contexto cultural das comunidades, fortalecendo o vínculo entre indígenas e profissionais da atenção básica (Garnelo; Sampaio; Pontes 2019).

Outro aspecto relevante é a importância da oralidade e das narrativas mitológicas na transmissão do conhecimento sobre saúde nas comunidades indígenas. Muitas estratégias de educação em saúde ocidentais

utilizam materiais escritos e palestras formais, o que pode não ser eficaz para populações que valorizam a tradição oral. A adoção de metodologias participativas, como rodas de conversa, contação de histórias e uso de materiais audiovisuais adaptados ao idioma e à cultura local, tem demonstrado melhores resultados na assimilação e aplicação das práticas preventivas (Almeida; Barreto 2018).

A resistência de algumas comunidades às práticas biomédicas convencionais muitas vezes está relacionada ao histórico de violência e imposições sofridas pelos povos indígenas ao longo da colonização e da expansão do Estado sobre seus territórios. Essa desconfiança em relação às políticas de saúde pública reforça a necessidade de abordagens educativas pautadas no respeito e no diálogo intercultural. Quando as ações de saúde são desenvolvidas em parceria com as comunidades, respeitando suas crenças e modos de vida, há um aumento significativo na adesão e na eficácia das intervenções (Padilha,2024).

Além das questões culturais, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde também impacta a efetividade das estratégias preventivas entre os indígenas. Muitas aldeias estão situadas em regiões remotas, onde a infraestrutura precária e a escassez de profissionais de saúde dificultam a implementação de programas educativos (Almeida; Barreto 2018). Dessa forma, iniciativas que fortaleçam a capacitação de lideranças comunitárias e agentes indígenas de saúde podem representar uma solução viável para garantir a disseminação do conhecimento e a adoção de práticas preventivas mesmo em locais de difícil acesso (Figueiredo Júnior *et al.*,2020).

A revisão também identificou desafios relacionados à sustentabilidade das práticas de medicina tradicional indígena. A degradação ambiental, resultante do desmatamento e da exploração de recursos naturais, tem impactado diretamente a disponibilidade de plantas medicinais utilizadas pelas comunidades indígenas. Esse fator evidencia a necessidade de políticas que aliem educação em saúde à preservação ambiental, garantindo que os conhecimentos tradicionais possam ser mantidos e transmitidos para as futuras gerações (Padilha,2024).

A integração da medicina tradicional ao sistema de saúde pública ainda enfrenta resistência por parte de muitos profissionais da área biomédica, que frequentemente consideram essas práticas como menos eficazes ou sem comprovação científica. No entanto, estudos apontam que a fitoterapia indígena, por exemplo, possui propriedades terapêuticas reconhecidas, sendo utilizada inclusive na produção de medicamentos convencionais. A valorização desse conhecimento pode contribuir para um modelo de assistência mais inclusivo e adequado às necessidades dos povos indígenas (Lima *et al.*,2020).

Outra estratégia eficaz na educação em saúde indígena envolve a realização de oficinas e eventos culturais que promovam a troca de saberes entre os profissionais de saúde e as comunidades. Essas atividades permitem que os indígenas expressem suas percepções sobre saúde e doença, ao mesmo tempo em que conhecem novas abordagens preventivas. Além disso, o envolvimento das famílias e dos anciãos na educação em saúde tem sido apontado como um fator essencial para o sucesso das intervenções, uma vez que reforça a transmissão intergeracional dos saberes tradicionais (Toledo Barros; Santos 2021).

As políticas públicas voltadas para a saúde indígena ainda carecem de maior investimento e adaptação às realidades locais. Muitos programas são baseados em modelos ocidentais e não consideram as

especificidades culturais das diversas etnias indígenas do Brasil. Dessa forma, torna-se fundamental que gestores públicos e formuladores de políticas envolvam representantes indígenas no planejamento das ações, garantindo que as iniciativas sejam construídas de forma participativa e respeitosa (Toledo Barros; Santos 2021).

A interseção entre saúde e educação nas comunidades indígenas reforça a necessidade de um olhar multidisciplinar na formulação de estratégias preventivas. A atuação conjunta de profissionais da saúde, educadores, antropólogos e lideranças indígenas pode potencializar os impactos das ações, garantindo que sejam mais efetivas e alinhadas às realidades socioculturais. Essa abordagem multidisciplinar também favorece a construção de políticas de longo prazo, que não apenas atendam às demandas emergenciais, mas promovam melhorias estruturais no acesso à saúde indígena (Seixas *et al.*, 2022; Figueiredo Júnior *et al.*, 2020).

O fortalecimento da autonomia das comunidades indígenas no cuidado com sua própria saúde é um dos princípios fundamentais para garantir a sustentabilidade das ações educativas e preventivas. Quando os indígenas participam ativamente do planejamento e da implementação das iniciativas, há um aumento significativo na adesão e na efetividade das práticas propostas. Isso reforça a importância da capacitação contínua de lideranças comunitárias e agentes indígenas de saúde, permitindo que o conhecimento seja disseminado de forma duradoura (Garnelo; Sampaio; Pontes 2019).

Diante dos desafios e possibilidades analisados, evidencia-se a necessidade de um modelo de educação em saúde mais inclusivo e adaptado à realidade indígena. A valorização dos saberes tradicionais, aliada à incorporação de práticas preventivas fundamentadas na ciência, pode resultar em uma abordagem mais eficiente e respeitosa. Dessa forma, as ações de saúde pública voltadas para povos indígenas devem ser pautadas na interculturalidade, no diálogo horizontal e na construção coletiva do conhecimento, garantindo que a educação em saúde seja um instrumento de fortalecimento das comunidades e não uma forma de imposição externa (Ramos; Nogueira 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão analisou as estratégias de educação em saúde voltadas para povos indígenas, com foco na valorização da medicina tradicional e nas práticas preventivas. A partir da análise da literatura, conclui-se que a implementação de programas interculturais, que respeitem os saberes tradicionais e promovam a autonomia das comunidades, é essencial para garantir a efetividade das ações de saúde. A abordagem dialógica, envolvendo agentes indígenas de saúde e metodologias adaptadas à cultura local, mostrou-se um caminho promissor para fortalecer o vínculo entre os povos indígenas e os serviços de saúde pública.

Os resultados obtidos indicam que a medicina tradicional desempenha um papel fundamental na promoção da saúde indígena, sendo amplamente aceita e praticada dentro das comunidades. No entanto, a falta de reconhecimento institucional e a ausência de políticas públicas inclusivas dificultam a integração desses saberes ao sistema oficial de saúde. Assim, há a necessidade de maior investimento na formação de profissionais de saúde para atuarem em contextos interculturais, bem como na formulação de políticas que

garantam a participação ativa dos indígenas no planejamento e execução das estratégias de educação em saúde.

A contribuição desta pesquisa para a sociedade e a academia reside na reflexão sobre a importância da interculturalidade na promoção da saúde indígena. Os achados podem subsidiar novas abordagens no campo da saúde pública, incentivando a adoção de práticas que respeitem a diversidade cultural e ampliem o acesso dos povos indígenas a cuidados de saúde eficazes. Além disso, o estudo reforça a necessidade de diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, possibilitando a construção de modelos de assistência mais inclusivos e sustentáveis.

Entretanto, esta revisão apresenta algumas limitações. A diversidade dos povos indígenas no Brasil implica desafios na generalização dos resultados, visto que cada comunidade possui características e necessidades distintas. Além disso, a escassez de estudos empíricos que avaliem a eficácia de programas interculturais de educação em saúde dificulta uma análise mais aprofundada sobre os impactos dessas estratégias.

Diante dessas limitações, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre a efetividade das ações educativas e preventivas desenvolvidas em comunidades indígenas. Estudos de campo, que envolvam diretamente as populações indígenas e suas lideranças, podem fornecer dados mais concretos sobre a aceitação e os desafios na implementação dessas estratégias. Além disso, pesquisas que explorem a interseção entre educação em saúde, preservação ambiental e políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento de abordagens mais integradas e sustentáveis.

Em síntese, a educação em saúde para povos indígenas deve ser pautada no respeito à diversidade cultural e na valorização dos saberes tradicionais. O fortalecimento da interculturalidade nas políticas de saúde pode reduzir desigualdades, promover maior adesão às práticas preventivas e garantir que a assistência oferecida seja adequada às realidades e necessidades dessas comunidades. Dessa forma, a promoção da saúde indígena deve ser vista como um compromisso coletivo, que exige esforços contínuos de gestores, profissionais da saúde, pesquisadores e, sobretudo, das próprias comunidades indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simone Lopes de; BARRETO, Hosana Carolina dos Santos. Educação em saúde para comunidades indígenas: relato de experiência do curso Gestão em Saúde Coletiva Indígena. Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Unida, v. 4, supl. 1, 2018. ISSN 2446-4813. Disponível em: <https://redeunida.org.br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Articulando Saberes em Saúde Indígena (PASSI). Gov.br, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/dapsi/arquivos/programa_articulando_saberes_em_saude_indigena_passi_-1.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Educação permanente e educação em saúde**. Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/dapsi/educacao-permanente-e-educacao-em-saude>.

BARROS, Lucas França de *et al.* Desafios e oportunidades: a intersecção entre políticas de saúde, parasitologia e saúde ambiental em comunidades indígenas brasileiras. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e1455, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n1-21-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1455>.

CARVALHO, Lucas Mendes *et al.* e-COVID Xingu: Mídias Sociais e Informação no Combate à Covid-19 em Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, supl. 1, 2020. DOI: 10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200392.

CASTRO, Marta Rocha de; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 15, n. 31, p. 56-70, mar. 2019. DOI: 10.14393/Hygeia153146605. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Adilson Mendes de *et al.* O acesso aos serviços de saúde da população ribeirinha: um olhar sobre as dificuldades enfrentadas. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reac.e4680.2020>.

GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Sully de Souza; PONTES, Ana Lúcia. Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: **Editora Fiocruz**, 2019. 164 p. ISBN 9788575416341. eISBN 9786557080115. DOI: 10.7476/9786557080115. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080115>.

LÚCIO, Adriana Silva; ALVES, Alair Silva Nogueira; MEIRA, Juliana Froede Peixoto. Saberes tradicionais, saúde e sustentabilidade: uma análise das práticas integrativas e complementares. Cap.6. DOI:10.29327/5392371.1-9.

LIMA, Dhayanna Cardoso *et al.* Educational activities in the indigenous community: reports of monitoring experience. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. XXXX-XXXX, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7042>.

MENDONÇA, Sofia Beatriz Machado de; RODRIGUES, Douglas; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Modelo de atenção à saúde indígena: o caso do DSEI Xingu. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, Suppl 3, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00008119.

PADILHA, Aline. O uso das plantas medicinais nas comunidades indígenas brasileiras: uma revisão de literatura. 2024. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Florianópolis**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/255592>.

RAMOS, Kellyane Lisboa; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Contexto indígena e ensino diferenciado - possibilitando conhecimentos significativos em educação e saúde. **Revista Temas Livres em Ensino de Ciências e Humanidades**, v. 4, n. 1, jan.-jun., 2020. Disponível em: <https://revistaensino.ufam.br/v4n1>.

SILVA, Luciano Cicero da *et al.* Política nacional de saúde indígena no Brasil: desafios e perspectivas. **Europub Journal of Health Research, Portugal**, v. 5, n. 2, p. 01-17, 2024. DOI: 10.54747/ejhrv5n2-012.

SILVA, Antonio Carlos Souza da. Agentes indígenas de saúde e educador popular na aldeia Alto do Tambá em Baía da Traição - PB. 2023. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa**, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33278>.

SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio de; HOLLANDA, Eliane; MOTTA, José Inácio Jardim. Políticas de promoção de equidade em saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. XXXX-XXXX, maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33552016>.

SEIXAS, C. T. *et al.* Uma estratégia de enfrentamento à COVID-19: o projeto Saúde Mental e Bem-Viver Indígena - Vitukoti Xêti Arinêti - Conversa sobre doença. In: FRANCO, Túlio Batista (Coord.). Coordenador Nacional da Rede UNIDA. [S.l.]: **Rede UNIDA**, 2022. Disponível em:<https://www.redeunida.org.br/>.

TOLEDO BARROS, Gabriela Tacla Marcondes e Ferreira de; SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. Políticas públicas de saúde indígena. **FGV RIC Revista de Iniciação Científica - Especial XXVIII Seminário de Iniciação Científica**, v. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/fgv.ric.v2.2021>.